

ATA N.º 303

----- Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, no auditório do Centro Social da Freguesia de Pessegueiro do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Sérgio Miguel da Silva Rodrigues, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período Destinado ao Público**-----
- 3 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 4 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 4.2 Mapa de Pessoal de 2026 – 5ª Alteração-----
 - 4.3 9ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026-----
 - 4.4 Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias – Alteração-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão às dezassete horas e quinze minutos. Cumprimentou todos os presentes e, antes de se proceder à verificação do quórum, fez uma breve nota institucional, na qual expressou, em nome da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, um agradecimento à Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga pela disponibilidade demonstrada, pela colaboração prestada e pelas condições proporcionadas para a realização da sessão. Referiu que as sessões descentralizadas constituem uma importante oportunidade para aproximar a Assembleia Municipal das freguesias e dos cidadãos, reforçando a proximidade, a participação e o conhecimento mais direto das diferentes realidades do concelho. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e a toda a equipa da Junta de Freguesia o apoio e empenho colocados na organização da sessão.-----

----- Em substituição de Cláudia Amorim, foi indicada Sofia Araújo para completar a mesa, que procedeu à chamada e verificação do quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro Silva Machado-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Arolde Soares da Silva Balaias-----
- Carla Susana Marques do Carmo-----
- Carlos Alberto de Andrade Oliveira-----
- Cláudia Maria Rodrigues da Silva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Filipe Manuel Barbosa Marques-----
- Frederico José Coutinho Barbosa-----
- Inês Silva Fernandes-----
- João Nuno Araújo Graça-----
- João Rodrigues de Oliveira-----
- José Henrique Ribeiro de Bastos-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Alberto de Oliveira Pereira-----
- Maria do Carmo Tavares de Oliveira-----
- Maria Eduarda Pereira dos Santos Ribeirinha-----
- Maria Margarida Coutinho Raimundo-----
- Marta Lúcia da Silva Sousa Batista-----

- Maximino das Neves Martins-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Rafael Henriques de Bastos-----
- Roberto Emanuel da Silva Simões Freitas-----
- Sérgio Miguel da Silva Rodrigues-----
- Sofia Alexandra Ferreira Araújo-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----

Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Almiro Silva Machado, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Arolde Soares da Silva Balaia, Carina Martinho de Bastos, Carlos Alberto de Andrade Oliveira, Cláudia Maria Rodrigues da Silva, Cláudia Videira Amorim, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Filipe Manuel Barbosa Marques, Hugo Filipe da Silva Martins, Inês Silva Fernandes, João Rodrigues de Oliveira, José Henrique Ribeiro de Bastos, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Alberto de Oliveira Pereira, Luís Filipe de Almeida Guerra, Maria do Carmo Tavares de Oliveira, Maria Eduarda Pereira dos Santos Ribeirinha, Maria Elisabete Martins Henriques, Maria Margarida Coutinho Raimundo, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Marta Lúcia da Silva Sousa Batista, Nuno Filipe Tavares Rodrigues, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Roberto Emanuel da Silva Simões Freitas, Sandra Cristina Vieira Manuel Duarte, Sérgio Miguel da Silva Rodrigues e Sofia Alexandra Ferreira Araújo.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Paula Cristina Dias Coutinho, José Carlos Ribeiro de Sousa, Sérgio Soares da Silva e Rui Manuel de Jesus Correia.-----

--- Estiveram presentes Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento, e, Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas e substituições: António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, que foi substituído por Alexandre Manuel Tavares Rocha; Carina Martinho de Bastos, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Cláudia Videira Amorim, que foi substituída por Adérito Soares; Hugo Filipe da Silva Martins, que foi substituído por Maximino das Neves Martins; Luís Filipe de Almeida Guerra, que foi substituído por Carla Susana Marques do Carmo; Maria Elisabete Martins Henriques, que foi substituída por Rafael Henriques de Bastos; Mariana Fernanda Martins de Bastos, que foi substituída por Frederico José Coutinho Barbosa; Nuno Filipe Tavares Rodrigues, que foi substituído por Sónia Marisa Pereira Correia e Sandra Cristina Vieira Manuel Duarte, que foi substituída por João Nuno Araújo Graça.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

Ata n.º 301 de 30 de abril de 2026: Antes de colocar a ata à votação, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo António Dias solicitado o uso da palavra.-----

António Dias cumprimentou todos os presentes. Referiu que o Grupo Municipal do CDS voltou a solicitar a audição das gravações das reuniões e que, infelizmente, constatou que os problemas de áudio anteriormente identificados continuam a verificar-se. Nesse sentido, questionou quais as medidas já tomadas desde os alertas anteriores para corrigir essa situação. Salientou que estes problemas têm consequências práticas, uma vez que a falta de qualidade das gravações obriga o Grupo Municipal do CDS a solicitar regularmente a audição dos áudios para confirmar se o conteúdo das atas corresponde efetivamente ao que foi discutido e deliberado. Acrescentou que esta situação cria igualmente dificuldades acrescidas aos serviços administrativos, obrigando a sucessivas verificações e correções que poderiam e deveriam ser evitadas caso existissem gravações com qualidade adequada. Sublinhou que as atas devem servir como memória futura da Assembleia, refletindo com rigor as intervenções, as posições assumidas e as decisões tomadas, garantindo que fica registado aquilo que efetivamente aconteceu. Relativamente à ata da sessão extraordinária,

que seria também objeto de votação na presente reunião, referiu não ter sido possível proceder à audição da respetiva gravação. Explicou que, quando foi solicitada a audição dos áudios, o requerimento incidia apenas sobre a ata do mês de abril, uma vez que a ata da sessão extraordinária ainda não se encontrava disponibilizada. Quando esta veio a ser disponibilizada, já não foi possível aceder à gravação correspondente para efetuar a necessária verificação. Assim, considerou que iria votar uma ata sem que fosse possível confirmar integralmente se o seu conteúdo correspondia ao que efetivamente ocorreu na reunião, situação que entende não ser desejável, nem para os membros da Assembleia nem para a credibilidade dos seus registos. Afirmou que, por uma questão de coerência e responsabilidade, esta circunstância seria naturalmente tida em conta pelo CDS no respetivo sentido de voto. Por fim, apresentou um requerimento a solicitar informação sobre as medidas já tomadas e aplicadas, ou em análise, para resolver os problemas relacionados com as audições e com as gravações áudio.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira cumprimentou todos os presentes. Recordou que, na reunião a que respeita a ata em apreço, tinha solicitado os resultados do inquérito realizado aos utentes dos transportes públicos do concelho pela concessionária responsável pelo serviço. Referiu que, até ao momento, não recebeu a informação solicitada, agradecendo, por isso, que os referidos resultados lhe fossem remetidos.-----

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2026, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor de Adérito Soares, Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaías, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Inês Fernandes, João Graça, João Oliveira, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Marta Batista, Maximino Martins, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia e uma abstenção de Filipe Marques.-----

1.1 Ata n.º 302 de 22 de maio de 2026: Antes de colocar a ata à votação, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo João Oliveira solicitado o uso da palavra.-----

João Oliveira recordou que, na reunião a que respeita a presente ata, tinha solicitado a previsão de execução de cada uma das obras constantes da documentação entregue na última sessão da Assembleia Municipal. Referiu que continua a aguardar o envio da informação solicitada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o referido pedido já tinha sido reforçado junto dos serviços competentes.-----

Foi colocada à votação a ata da sessão extraordinária de 22 de maio de 2026, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor de Adérito Soares, Almiro Machado, Arolde Balaías, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Inês Fernandes, João Oliveira, José Bastos, José Lemos, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Maximino Martins, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia e quatro abstenções de Alexandre Rocha, António Dias, Filipe Marques e Marta Batista.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Ofício a Remeter Requerimento do CDS-PP ao Presidente da Câmara Municipal;-----
- Ofício a Remeter Resposta ao Requerimento do CDS-PP.-----

Sobre a correspondência, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém queria pedir algum esclarecimento.-----

António Dias cumprimentou todos os presentes. Referiu que a resposta que lhe foi remetida, constante da correspondência distribuída, não continha quase nada. Aproveitou para dizer que, no mandato anterior, era dado conhecimento da correspondência enviada e recebida pelo Presidente da Assembleia Municipal, desconhecendo o motivo pelo qual isso deixou de acontecer.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a informação recebida pela Mesa da Assembleia estava em tratamento e seria posteriormente enviada. Antes de passar para o período seguinte o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, Fernando Rodrigues.-----

Fernando Rodrigues cumprimentou todos os presentes e manifestou o seu agrado pelo facto de a Assembleia estar a ser realizada em Pessegueiro do Vouga, salientando igualmente a importância de a mesma se deslocar às freguesias. Referiu que esta é uma oportunidade para que os munícipes possam participar de forma mais ativa nos trabalhos da Assembleia, evitando a necessidade de se deslocarem ao município. Considerou que esta iniciativa deve ser mantida no futuro. Relativamente ao auditório onde decorria a sessão, destacou a sua beleza, informando, contudo, que o espaço deverá entrar em obras brevemente. Por fim, informou que, no final da sessão, teria lugar um lanche aberto a todos os presentes.-----

-----2 – Período Destinado ao Público-----

Sérgio da Fonseca Soares cumprimentou todos os presentes. Referiu ser residente na Estrada da Grela, em Pessegueiro do Vouga, e que a mesma sofreu uma intervenção de aplicação de betuminoso. Indicou que, um dia, quando estavam a realizar a obra, foi informado de que seria intervencionada a rua toda. Mencionou que, à porta da sua casa, existe uma depressão que já foi comunicada há três anos, tendo sido remendada com um monte de alcatrão preto. Referiu, ainda, que a pavimentação em alcatrão foi executada numa extensão de apenas 750 metros, quando o caderno de encargos previa uma extensão de 900 metros. Referiu ainda que já contactou a Câmara Municipal, através do técnico das obras municipais, mas que não obteve uma justificação plausível para a situação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder, tendo este informado que iria inteirar-se da situação, comprometendo-se a remeter resposta posteriormente.-----

-----3 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira cumprimentou os presentes e referiu que se vive um tempo em que a distância entre os cidadãos e as instituições é, muitas vezes, apontada como uma das causas do desencanto político, considerando que a Assembleia Municipal tem a possibilidade e também o dever de conter essa distância. Defendeu que a transmissão das sessões da Assembleia Municipal constitui um instrumento simples, acessível e de custo relativamente baixo, contribuindo para dignificar o trabalho desenvolvido naquele órgão, o qual, muitas vezes, passa despercebido. Acrescentou que os severenses têm o direito de saber o que ali é decidido e a forma como os seus representantes eleitos se comportam e votam, entendendo que não deve ser a própria Assembleia a colocar obstáculos ao exercício desse direito. Salientou que muitos severenses residem no estrangeiro, designadamente em França, Luxemburgo, Suíça, Reino Unido, Brasil, entre outros países, mantendo-se ligados ao concelho, pagando impostos, exercendo o direito de voto, investindo na sua terra e sonhando com um eventual regresso. Referiu ainda que muitos desses cidadãos tomam decisões de investimento ou de regresso com base no que veem acontecer no concelho, considerando que o retomar da transmissão das sessões voltaria a dar a esses cidadãos uma janela direta sobre a sua Assembleia e sobre o que se passa na sua terra e seria um gesto de inclusão e de respeito que os imigrantes agradeceriam e mereciam. Reconheceu existir o receio de que comportamentos menos próprios por parte de alguns presentes possam denegrir a imagem da Assembleia Municipal, afirmando

compreender essa preocupação, mas não a aceitar como argumento para a opacidade. Defendeu que a solução passa pelo cumprimento das regras e pelo exercício dos poderes regimentais do Presidente da Assembleia Municipal, e não por esconder o que ocorre durante os trabalhos. Considerou igualmente importante refletir sobre a mensagem transmitida aos cidadãos ao optar por não divulgar as sessões, entendendo que tal poderá levar à percepção de que se pretende esconder o que nelas acontece, pelo facto de algumas pessoas se comportarem mal, ficando os cidadãos a pensar o que terá acontecido nas sessões. Relativamente ao receio de que a comunicação social possa ampliar ou explorar eventuais momentos menos dignos, referiu que, caso estes ocorram, os mesmos serão públicos independentemente da existência de transmissão própria, acrescentando que uma transmissão oficial permite à Assembleia controlar o contexto em que os acontecimentos são apresentados, evitando ficarem reféns de um clipe editado por terceiros e retirado do seu contexto. Entendeu, por isso, que a existência de uma transmissão própria constitui a melhor forma de proteção contra o sensacionalismo. Acrescentou que a experiência demonstra que a transmissão das sessões tende a elevar o nível do debate, pois, quando se sabe que se está a ser observado, existe a tendência de melhorar o comportamento. Mais referiu que uma assembleia que se abre aos cidadãos ganha credibilidade e uma assembleia que se fecha perde legitimidade. Salientou que a transmissão das sessões beneficiaria os residentes que, por motivos profissionais, não podem estar presentes, bem como os emigrantes que estão longe, mas continuam a amar a sua terra. Acrescentou que tal constitui também uma forma de honrar o mandato conferido aos eleitos, exercendo-o com o máximo de transparência e responsabilidade. Convidou os presentes a refletirem sobre estas questões e a retirarem as respetivas conclusões, solicitando que a sua intervenção fosse entendida não como uma posição partidária, mas como a defesa dos superiores interesses e dos direitos dos severenses, afirmando ser essa a sua forma de estar na Assembleia Municipal. Por fim, solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal que se pronunciassem sobre esta matéria, por considerar tratar-se de uma questão de interesse para os severenses que depositaram a sua confiança nos seus representantes, defendendo que não lhes deve ser negado o direito de acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal e que todos os eleitos devem procurar servir os cidadãos, responder aos seus anseios e necessidades e não ocultar o que ali se passa.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Marta Batista.-----

Marta Batista cumprimentou todos os presentes, manifestando o seu agrado por estar presente em Pessegueiro do Vouga para intervir como membro da Assembleia Municipal, recordando que naquele mesmo espaço tinha decorrido, em 2022, uma das reuniões descentralizadas do mandato anterior. Referiu que, à data, para além da presença do público, as reuniões eram transmitidas online, permitindo que todos os cidadãos, incluindo aqueles que não podiam deslocar-se fisicamente, acompanhassem os trabalhos e as decisões dos órgãos autárquicos, considerando que tal constituía um sinal de transparência, proximidade e respeito pelos munícipes. Seguidamente, afirmou ter sido com enorme surpresa que, no dia 13 de maio, se deslocou a uma reunião da Câmara Municipal, anunciada no portal do Município como reunião pública, tendo-lhe sido solicitada a saída da sala por ordem do Presidente da Câmara Municipal, com a justificação de que a reunião não era aberta ao público, sob pena de a mesma não prosseguir enquanto permanecesse presente. Considerou tratar-se de uma questão que merece um esclarecimento inequívoco, perguntando por que razão foi impedida de permanecer na referida reunião pública quando outra pessoa, identificando a jornalista Ana Soares, sem funções no executivo ou nos serviços municipais, permaneceu na sala. Acrescentou que aquilo que mais a surpreendeu ocorreu na reunião de Câmara seguinte, na qual, perante uma intervenção do público sobre a transmissão das reuniões e a participação dos eleitos em determinados organismos, o Presidente da Câmara Municipal classificou as transmissões das reuniões do mandato anterior como uma espécie de espetáculo, afirmando inclusivamente que pareciam um "Big Brother" e demonstrando preocupação com a possibilidade de alguém aparecer num

programa de humor televisivo, que dá ao domingo, apresentado por Ricardo Araújo Pereira. A este propósito, afirmou ter ficado intrigada com essa comparação, questionando quem desempenharia o papel de apresentador desse "Big Brother", se o Presidente da Câmara Municipal ou o anterior Presidente da Assembleia Municipal, atualmente Vice-Presidente da Câmara Municipal, ou se estariam antes na "Casa dos Segredos", justificando assim, na sua perspetiva, a resistência à transmissão das reuniões. Considerou que a comparação era não apenas infeliz, mas também reveladora, sustentando que os severenses não pretendem espetáculo nem entretenimento, mas sim transparência, entendendo que aquilo que alguns receiam não são as câmaras de filmar, mas sim o escrutínio. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, questionou se a decisão de não transmitir as reuniões resultava de uma convicção pessoal ou de pressão política exercida pelo executivo, considerando tratar-se de uma pergunta legítima, sobretudo quando o custo da transmissão seria inferior a mil euros por sessão. Acrescentou que, para despesas na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros em eventos como a Feira do Mirtilo, já não parecem existir dificuldades orçamentais, afirmando que as prioridades dizem muito sobre quem governa. Dirigindo-se novamente ao Presidente da Câmara Municipal, fez uma observação relativamente às referências frequentes, desde que voltou e sempre que surgem críticas à atuação do executivo, aos problemas de saúde que este enfrentou. Esclareceu que ninguém de boa-fé desrespeita problemas de saúde, nem os deve instrumentalizar politicamente ou utilizar como arma de arremesso, mas defendeu igualmente que tais problemas não podem constituir um escudo permanente perante a crítica democrática. Considerou que uma coisa são os problemas de saúde e outra a avaliação política do desempenho de quem exerce funções públicas. Acrescentou que, tendo o Presidente da Câmara regressado ao exercício das suas funções, é porque foi considerado apto para as desempenhar, devendo, nessa qualidade, ser avaliado, escrutinado e responsabilizado pelas decisões que toma ou deixa de tomar. Prosseguiu afirmando que a crítica política não constitui um ataque pessoal nem uma falta de respeito, mas uma consequência natural da democracia, defendendo que os munícipes não podem ser impedidos de questionar atrasos, opções ou falhas de gestão porque sempre que o fazem alguém procura transformar uma discussão política numa questão pessoal. Acrescentou que quem assume a responsabilidade de liderar o Município assume também a responsabilidade de prestar contas, devendo responder pelos resultados da sua ação governativa, não podendo pedir imunidade ao escrutínio, uma vez que os problemas do concelho não ficam suspensos enquanto decorrem problemas pessoais de quem governa. Por fim, aproveitando a realização da sessão em Pessegueiro do Vouga, solicitou um ponto de situação relativamente a compromissos assumidos perante aquela população. Em primeiro lugar, questionou qual o ponto de situação da Estrada Nacional 16, quando se prevê a sua reparação e quais os apoios que estão a ser dados às empresas do concelho por terem de ser feitos desvios nos transportes. Em segundo lugar, perguntou por que motivo a EN16 continua encerrada. Por último, referindo-se à requalificação do auditório em que se realizava a sessão, tema anteriormente mencionado pelo Presidente da Junta de Freguesia, solicitou informação sobre a comparticipação financeira do Município nesse processo.-----
O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Filipe Marques.-----

Filipe Marques cumprimentou todos os presentes e referiu parecer-lhe estar a ser debatida uma matéria que, no seu entender, se prendia com o direito à informação, que é um direito absolutamente essencial e um pilar do Estado de Direito. Referiu perceber que uma coisa é o direito mínimo à informação, como a gravação áudio, que é obrigatória por lei, e como não é obrigatória a gravação de vídeo, a mesma não persegue. Prosseguiu recordando que, salvo erro, na última ou penúltima sessão da Assembleia Municipal realizada em 2025, solicitou esclarecimentos relativamente a uma questão que classificou como sendo de mera prestação de contas. Referiu que lhe tinha sido dito que na sessão seguinte seriam prestadas informações sobre os custos e o procedimento adotado. Explicou que a questão dizia respeito à colocação, em período pré-eleitoral, de uns cartazes, designadamente junto ao

Arruamento Novo, na rotunda próxima do Centro de Saúde e noutros locais. Esclareceu que tinha solicitado informação sobre o custo total desses cartazes, ou custo individual de cada um, bem como sobre o procedimento de contratação adotado, designadamente se tinha existido concurso público ou ajuste direto, e ainda qual a entidade adjudicatária. Afirmou que, passados mais de meio ano, não obteve qualquer resposta, quer por escrito, quer em sede da Assembleia Municipal. Disse compreender que tudo custe, ao nível da informação, mas que todos os presentes devem ter conhecimento de que cada sessão da Assembleia Municipal custa alguns milhares de euros – cada membro da Assembleia Municipal tem direito a uma senha de presença de cerca de setenta euros e, efetuando um cálculo com base no número de membros presentes, estimou que esse valor ascende a cerca de dois mil e cem euros apenas em senhas de presença, concluindo que cada sessão, ordinária ou extraordinária, representa um custo superior a três mil euros para o Município. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o tempo de intervenção estava a terminar, mas, conforme tinha sido acordado na reunião de líderes, caso o Partido Socialista estivesse disponível para ceder parte do seu tempo, poderia ser concedido tempo adicional para a intervenção.-----

Filipe Marques questionou se o Partido Socialista ainda dispunha de tempo disponível, perguntando se sobravam cinco minutos. Perante a resposta afirmativa, continuou a sua intervenção.-----

Fernando Rodrigues falou do seu lugar (inaudível).-----

Filipe Marques referiu que era um “horror” poder falar e dirigiu-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, pedindo-lhe imensa desculpa por estar a falar, ainda por cima por se encontrar na sua terra. Acrescentou que, se estivesse impedido de falar, o Presidente da Junta lhe dissesse qual era o fundamento legal para estar impedido de falar na sua terra, uma vez que, na sua, poderia lá ir falar à vontade. De seguida, e em nome da sua bancada, referiu que vinha apresentar uma exigência que não era apenas política ou tecnológica, mas uma exigência de estrita legalidade e conformidade constitucional. Afirmou que, por mais de dez vezes, diversas forças políticas tinham solicitado a gravação e transmissão integral em vídeo das sessões, acrescentando que tal havia sido repetido "até à náusea". Considerou que a recusa ou inação do Município era óbvia e incompreensível, atendendo ao orçamento milionário e sem precedentes de que atualmente dispunha, sustentando que essa recusa carecia de cobertura jurídica e violava princípios fundamentais do ordenamento jurídico, em especial o princípio da boa-fé, uma vez que, no mandato anterior, existia transmissão das sessões e que essa prática tinha sido interrompida. Acrescentou que a recusa em transmitir, em suporte audiovisual, as sessões públicas colidia diretamente com três pilares do quadro legal e constitucional, designadamente o princípio democrático e da democracia participativa, consagrado no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa. Defendeu que a lei consagra uma democracia baseada no pluralismo e na participação democrática dos cidadãos, afirmando que ocultar o debate político local, limitando-o ao áudio, restringia o direito dos cidadãos de participar e acompanhar ativamente a vida pública da sua comunidade. Invocou ainda o direito à informação e a liberdade de expressão, previstos no artigo 37.º da Constituição, referindo que todos têm o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos, discriminações ou restrições, considerando que negar o acesso visual às sessões, na era digital, constituía um obstáculo artificial ao direito de os cidadãos serem plenamente informados sobre os assuntos do Município. Referiu igualmente o princípio da transparência da Administração Pública, previsto no artigo 268.º da Constituição, afirmando que os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração sobre a marcha dos assuntos que lhes respeitem diretamente e que a transparência administrativa exige que os atos públicos sejam visíveis, auditáveis e escrutináveis. Fez ainda referência ao princípio da publicidade das sessões, bem como aos princípios da transparência e da proteção de dados. Afirmou que não existia qualquer impedimento legal ou constitucional à gravação e transmissão das sessões e que, pelo contrário, o espírito das leis apontava no

sentido de aproximar eleitos e eleitores. Sustentou que o que existia era uma manifesta falta de vontade política, a qual, no seu entendimento, desrespeitava o princípio da boa administração e os direitos dos cidadãos de Sever do Vouga. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, afirmou que invocar o maior orçamento da história do concelho para continuar a negar, ao mesmo tempo, um direito que, na sua perspetiva, a própria Constituição e a legislação setorial salvaguardam e incentivam constituía um contrassenso jurídico. Acrescentou tratar-se de um *venire contra factum proprium* – ouvir contra si mesmo.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder a palavra a Fernando Rodrigues.-----

Fernando Rodrigues pediu desculpa por ter manifestado o seu sentimento, reconhecendo que desconhecia a possibilidade de cedência de tempo entre grupos parlamentares e assumindo essa situação como um lapso da sua parte. Aproveitou ainda para agradecer a Marta Batista pelo interesse que tem pela demonstrado pela freguesia.-----

Marta Batista pediu autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para apresentar um requerimento, uma vez que o seu tempo de intervenção tinha acabado, tendo-lhe sido concedida a palavra. Assim, apresentou o seguinte requerimento: *“A bancada do CDS vem solicitar a Vossa Excelência que se solicite ao executivo municipal que lhe seja remetida a justificação escrita após a ordem de saída da sala de reunião de 13 de maio de 2026, por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, às pessoas presentes e ter mantido uma pessoa do público dentro da mesma.”*-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a palavra concedida e solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que, antes de responder às questões colocadas, lhe fosse permitido fazer uma declaração prévia. *“Na sequência da recente reorganização das funções executivas, e cessando a vereadora Paula Coutinho, o exercício das funções de Vice-Presidente desta Câmara Municipal, entendo ser justo e merecido deixar, em nome do município e em meu nome pessoal, uma palavra pública de reconhecimento e agradecimento. Desde a sua designação para vice-presidente, em novembro do ano passado, desempenhou estas funções com elevado sentido de responsabilidade, dedicação e permanente disponibilidade para servir o interesse público e os munícipes do nosso concelho. Ao longo deste período, contribuiu de forma relevante para a atividade do executivo municipal, enfrentando aos desafios inerentes ao cargo com empenho, lealdade institucional, espírito de colaboração, qualidades que muito valorizam o trabalho desenvolvido por esta Câmara. Embora deixe agora de exercer as funções de Vice-Presidente, continuará a integrar este executivo na qualidade de vereadora, circunstância que nos permite continuar a contar com a sua experiência, competência e compromisso com o desenvolvimento do concelho. Por tudo aquilo que realizou enquanto Vice-Presidente, expressei-lhe o meu sincero agradecimento e reconhecimento, desejando-lhe as maiores felicidades e sucessos para a continuação do seu trabalho autárquico.”* De seguida, o Presidente da Câmara Municipal pediu uma salva de palmas para a senhora Vice-Presidente, tendo a mesma sido aplaudida pelos presentes. Relativamente às questões colocadas, informou que, no que respeita à Estrada Nacional 16, o primeiro procedimento concursal ficou deserto, tendo sido lançado novo procedimento, que já se encontra adjudicado, pelo que esperava que a via fosse reaberta à circulação de veículos pesados em breve. Quanto à creche, esclareceu que, para além da intervenção inicialmente prevista naquele espaço, se verificou a necessidade de intervir em todo o edifício, por este não dispor das medidas de autoproteção exigidas. Referiu que se presumia que essas medidas existissem, em virtude do funcionamento de um centro de dia no edifício, mas confirmou-se posteriormente que tal não acontecia, tendo sido necessário elaborar um novo projeto e executar novos trabalhos. Informou ainda que a ANEPC solicitou alguns esclarecimentos, os quais se encontravam a ser remetidos pelo Município, acrescentando que o objetivo é

que a creche entre em funcionamento, na pior das hipóteses, em setembro. Relativamente às reuniões da Câmara Municipal, esclareceu que, nos termos do Regimento e enquanto presidir às reuniões, as segundas reuniões de cada mês são públicas, enquanto as primeiras não são abertas ao público. Explicou que a presença dos órgãos de comunicação social decorre do princípio da transparência, motivo pelo qual qualquer órgão de comunicação social pode assistir às reuniões. Quanto ao restante público, referiu que a sua presença é permitida nas segundas reuniões do mês, em conformidade com o disposto no Regimento. Por fim, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, questionou se a matéria relativa às transmissões televisivas tinha sido submetida a votação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a matéria ainda não tinha sido submetida a votação. Aproveitou ainda para prestar esclarecimentos relativamente ao pedido de informação apresentado pelos membros João Oliveira, Marta Batista e Filipe Marques, informando que tinham sido solicitadas cotações. Acrescentou que a primeira cotação tinha sido recebida nessa semana e que a mesma ainda estava em análise, salientando que os valores apresentados eram elevados, pelo que seria necessário aguardar a receção de mais propostas. Informou ainda que, logo que todas as propostas estivessem disponíveis, as mesmas seriam partilhadas com todos os membros da Assembleia Municipal. Por fim, deixou essa ressalva relativamente às transmissões televisivas, afirmando que não existia qualquer pressão por parte do executivo sobre essa matéria.-----
Continuando a sua intervenção, o **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à questão dos cartazes, referiu que iria solicitar essa informação aos serviços.-----

----- 4 – Período da Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - Foi apresentada ao órgão deliberativo informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, referente ao mês de abril de 2026. Antes de dar início a um período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes. Manifestou o seu particular agrado pela realização da sessão no Auditório do Centro Social da freguesia de Pessegueiro do Vouga, referindo que a descentralização das sessões da Assembleia Municipal não constituía um mero detalhe político ou logístico, mas antes a concretização de uma visão de coesão territorial, valorizando as freguesias e aproximando os órgãos de decisão das populações. Acrescentou que estar em Pessegueiro do Vouga representava um testemunhar a força de uma terra e das suas gentes, tão profundamente ligadas ao desenvolvimento do concelho no desenvolvimento do concelho, agradecendo a hospitalidade com que todos tinham sido acolhidos. Prosseguindo a sua intervenção, deixou uma palavra de público reconhecimento à Vereadora Paula Coutinho pela forma dedicada com que assegurou a sua substituição legal e garantiu a estabilidade da governação municipal durante os meses da sua ausência. Informou ainda o plenário que, por despacho seu, desde o dia 01 de junho, as funções de Vice-Presidente da Câmara Municipal passaram a ser exercidas pelo Vereador Dr. Hermínio Pedro Martins, garantindo a continuidade do trabalho exigente que o executivo tem pela frente. Relativamente à ordem de trabalhos, referiu que os assuntos submetidos à apreciação e deliberação refletiam o rigor exigido na gestão dos recursos públicos, destacando a nona alteração modificativa ao Orçamento e a quinta alteração ao Mapa de Pessoal. Esclareceu que tais alterações correspondiam a ajustamentos orçamentais e estruturais necessários para dotar os serviços municipais de maior agilidade técnica e operacional, tendo em vista responder às exigências decorrentes do encerramento do primeiro semestre e do período de verão, sempre com o objetivo de corresponder às expectativas dos severenses e de todos os que visitam o concelho. Salientou que o verão trazia consigo o aumento do fluxo turístico e o regresso das comunidades imigrantes e emigrantes, mas também uma imensa responsabilidade na gestão ambiental e na segurança contra os incêndios rurais, encontrando-se as equipas municipais e a estrutura de proteção civil operacionais e articuladas para responder a essa exigência. Acrescentou que tinha sido lançado o

procedimento necessário para a limpeza obrigatória das faixas de gestão de combustível, manifestando a expectativa de que os respetivos trabalhos viessem a iniciar-se em breve. Deu especial destaque à proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias, igualmente constante da ordem de trabalhos, referindo que a revisão regulamentar visava simplificar procedimentos administrativos, dotar as freguesias de mecanismos mais ágeis e garantir que os recursos públicos chegam onde são mais precisos, respeitando a autonomia e a dignidade do trabalho que cada Presidente de Junta e respetivas equipas desenvolvem no terreno. Referiu, ainda, que as boas relações, a cooperação institucional e a partilha de objetivos entre o executivo municipal e os presidentes de Junta tinham pautado de forma clara o atual mandato. Acrescentou que a informação escrita espelhava o trabalho desenvolvido pelas diversas divisões municipais, salientando a continuidade das respostas sociais de proximidade, nomeadamente nas áreas da educação, da fixação de famílias, do incentivo à natalidade, dos programas de apoio à saúde, designadamente através do regulamento de apoio à aquisição de medicamentos, bem como da valorização cultural, patrimonial e do empreendedorismo local, sublinhando tratar-se de uma intervenção transversal a todos os serviços municipais. Concluiu afirmando que o rigor financeiro e a estabilidade política que o executivo apresenta são as fundações que lhes permitem encarar os desafios de frente, planeando o futuro sem perder o foco nas necessidades do presente e mantendo o rumo de desenvolvimento assumido perante os severenses. Terminou colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para o debate dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, manifestando a expectativa de que os trabalhos decorressem num espírito de elevação e de construção conjunta em benefício do concelho de Sever do Vouga, desejando, por fim, um bom trabalho a todos os presentes. Concluiu colocando-se à disposição para o debate, manifestando a expectativa de que este órgão se pautasse pela decisão elevada e construtiva em prol do desenvolvimento de Sever do Vouga. Agradeceu a todos e desejou um bom trabalho.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira cumprimentou novamente todos os presentes, desejando uma boa tarde. Referiu que, numa das últimas sessões da Assembleia Municipal, tinha criticado o estado em que se encontravam a entrada e o centro da vila. Afirmou que não era sua intenção voltar hoje a este tema, mas que o estado em que encontrou a Praia Fluvial no dia 30 de maio o obrigava a fazê-lo. Referiu que, nesse dia, tinha participado num convívio na Praia Fluvial com cerca de 50 pessoas, tendo o descontentamento com as condições existentes no local sido unânime. Mencionou que o local parecia encontrar-se ao abandono, com amontoados de lixo, mesas e bancos sujos, ervas altas, ramos e troncos de árvores no chão, entre outros aspetos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou João sobre de que forma o assunto se relacionava com a informação escrita do Presidente da Câmara.-----

João Oliveira esclareceu que o assunto estava relacionado, referindo que, logo na introdução da informação escrita, no início, existia uma comunicação do Presidente da Câmara sobre o turismo e as condições que o concelho oferece. Acrescentou que, mais à frente, na mesma comunicação escrita, voltava a existir outra referência ao turismo e às condições que o concelho oferece, sendo esse o assunto a que se referia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu indicação para que prosseguisse.-----

Continuando a sua intervenção, **João Oliveira** referiu que considerava que, nesta altura do ano, a Praia Fluvial já deveria encontrar-se em condições para que os severenses e quem visita o concelho pudessem desfrutar daquele espaço. Acrescentou que voltou ao local por mais do que uma vez e deparou-se com o portão fechado a cadeado, sem qualquer cartaz a justificar o fecho aos visitantes ou a apresentar um pedido de desculpa pelo facto. Referiu ainda que, a partir do exterior, se apercebeu de que, entretanto, já tinham sido realizados trabalhos de limpeza no interior. Manifestou o desejo de que o executivo fizesse, ou mandasse fazer, o necessário para que a Praia Fluvial e outras zonas idílicas do concelho

passassem a ser motivo de orgulho dos severenses e de quem os visita. Incluiu nessas zonas, naturalmente e mais uma vez, as entradas e o centro da Vila, o Parque Urbano e outros locais de lazer do concelho. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, afirmou reconhecer ser “chato”, por estar sempre a bater na mesma tecla, nomeadamente a entrada e o centro da Vila, o Parque Urbano e, agora, a Praia Fluvial. Referiu, contudo, que gostaria que o concelho fosse um exemplo de bem-estar e orgulho para quem o visita e para os próprios severenses, o que, na sua opinião, infelizmente ainda não acontecia. Afirmou que o concelho dispõe de condições únicas, sendo necessário explorá-las e mantê-las limpas, asseadas e atrativas, para que quem o visita regresse e o recomende. Informou que o Rotary Clube de Sever do Vouga tinha uma atividade programada para o sábado seguinte, com concentração na Praia Fluvial, tratando-se da terceira edição da descida do Rio Vouga em caiaque. Referiu que seriam muitos os participantes vindos de fora do concelho e que o hotel O Cortiço se encontrava quase totalmente ocupado por esses participantes. Questionou se seria possível a concentração decorrer na Praia Fluvial, referindo que não existia plano B e que estava em causa a imagem da organização, mas também a imagem do concelho. Em nome do Rotary Clube de Sever do Vouga, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que, se necessário, abrisse uma exceção e garantisse que o recinto da Praia Fluvial estivesse aberto no sábado para a realização da atividade. Mudando de assunto, referiu que a colocação de parquímetros na Vila veio disciplinar os automobilistas e facilitar a vida a quem necessita de tratar dos seus assuntos no centro da Vila, apesar do seu custo. Considerou que, estando o serviço em funcionamento há algum tempo, seria o momento adequado para proceder a uma avaliação, ouvindo os utentes e introduzindo as melhorias que se justificassem. Mencionou ter conhecimento de muitas queixas relativamente à dificuldade em retirar o talão do parquímetro, afirmando que também ele, por vezes, sentia essa dificuldade. Considerou que este seria um ponto a retificar, sugerindo que a simples remoção da proteção transparente da gaveta onde cai o talão poderia resolver a situação. Relativamente aos locais de estacionamento pagos, defendeu que deveria haver mais locais de estacionamento gratuito. Face à existência frequente de lugares de estacionamento livres em frente à Câmara Municipal, junto aos gabinetes camarários, sugeriu que os dois lugares de estacionamento destinados à Proteção Civil e os dois lugares reservados à Câmara Municipal, atualmente junto ao Posto de Turismo, passassem para a zona paga em frente à Câmara Municipal, com a respetiva isenção de pagamento a acordar com a empresa responsável pela exploração do estacionamento. Para terminar, e face à passagem diária de viaturas de grande tonelagem pela ponte sobre o Rio Vouga, que liga Sever do Vouga a Paradela, questionou se a mesma tem sido inspecionada e avaliada com regularidade e, em caso afirmativo, quais os resultados obtidos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----
António Dias cumprimentou todos os presentes. Relativamente à execução municipal e à articulação com as juntas de freguesia, referiu que, estando o mandato praticamente a meio do ano de 2026, já é possível proceder a uma reflexão séria sobre a execução da atividade municipal. Quanto à referência constante da informação escrita sobre a articulação com os vários serviços e com as juntas de freguesia, afirmou não compreender essa referência às necessidades destas, uma vez que, na sua perspetiva, o Município não tem dado resposta efetiva a muitas das necessidades identificadas. Manifestou igualmente preocupação com a reduzida execução das despesas de capital, salientando que, em 31 de maio de 2026, o grau de execução orçamental das despesas de capital era de apenas cerca de 8%. Solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse o motivo para esta reduzida execução, porque, como é sabido, é um município que pode avançar e deve desenvolver-se, e sem investimento e sem projetos estruturantes, tal não é possível, parecendo-lhe difícil concretizar os objetivos que são anunciados perante a execução demonstrada. Relativamente às empreitadas em curso, verificou uma situação recorrente de obras que nunca terminam, projetos que aparecem sucessivamente com o mesmo estado de execução

e informações que, em vários casos, continuam incompletas. Acrescentou que existem situações em que nem sequer é perceptível se os projetos chegaram verdadeiramente a sair do papel. No que respeita à requalificação do Centro de Saúde, afirmou causar-lhe particular estranheza o facto de, segundo a informação prestada, a empreitada continuar a aguardar validação e visto do Tribunal de Contas. Recordou que os serviços já tinham sido deslocalizados e que tinha sido estabelecido um prazo de execução de 365 dias, verificando-se, contudo, que o estado de execução permanecia nos 0%. Questionou, por isso, os motivos para esta situação e quais as perspetivas para o desbloqueio do processo. Referindo-se à freguesia de Talhadas, recordou que, em anteriores reuniões do POM, tinha ficado definido que a Câmara Municipal trataria da limpeza dos caminhos florestais, mas que, até à data, absolutamente nada tinha sido feito. Questionou, assim, o que é que foi aprovado quando o processo POM foi aprovado por unanimidade – a criação do que existe atualmente, ou seja, nada? Considerou que o Município continua a adotar uma postura de reação em vez de prevenção, questionando se será necessária nova tragédia para que se avance verdadeiramente com medidas preventivas. Solicitou ainda informação sobre a situação dos sistemas de videovigilância anteriormente mencionados por si e questionou se os postos de vigia se encontram devidamente ocupados. Quanto à preparação da época balnear, em particular no Parque de Lazer do Rio Alfusqueiro, na freguesia de Talhadas, afirmou não encontrar qualquer referência a esta matéria na informação escrita e solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação. Referiu que a Junta de Freguesia de Talhadas já procedeu à limpeza do espaço, preparou as instalações sanitárias e assegurou a preparação do local, enquanto a Câmara Municipal continua, na sua perspetiva, sem realizar qualquer investimento relevante naquele local. Acrescentou que nem a recolha de resíduos tem sido assegurada, existindo situações em que os contentores permanecem por esvaziar, afirmando que, possivelmente, durante o ano em curso, a recolha ainda não foi efetuada naquele local. Considerou esta situação degradante para os utilizadores que frequentam o parque aos fins de semana. Abordou também a questão das tarifas de resíduos e da qualidade do serviço prestado, afirmando que continua sem resposta relativamente às tarifas de tratamento de resíduos urbanos. Referiu que o custo de tratamento entre 2025 e 2026 diminuiu cerca de 33% por tonelada e que municípios vizinhos, como Aveiro e Ílhavo, já aplicaram essas reduções aos utilizadores. Questionou, por isso, por que razão tal não sucede no concelho de Sever do Vouga. Acrescentou que, para além da inexistência de reduções, a qualidade do serviço parece degradar-se cada vez mais, sendo frequentes as queixas e publicações nas redes sociais relativas à acumulação de resíduos e à falta de recolha. Relativamente às estradas municipais, afirmou que estas já se encontravam em mau estado de conservação e que a situação se agravou significativamente após os episódios de mau tempo ocorridos nos meses de janeiro e fevereiro. Reconheceu que foram efetuadas algumas intervenções, designadamente com alcatrão frio e limpezas de taludes, mas considerou que muitos trabalhos ficaram incompletos. Referiu ainda que, no fim de semana anterior, milhares de pessoas passaram pela freguesia de Talhadas, por ocasião do Festival da Truta, da Super Carne e do Folclore, sendo, na sua opinião, perfeitamente visível a diferença entre o estado das vias do concelho de Sever do Vouga e as do concelho vizinho de Oliveira de Frades. Acrescentou que, ao entrar ou sair do concelho, é perfeitamente visível saber que se está em Sever do Vouga devido ao estado de degradação das estradas, afirmando que estas se encontram em piores condições do que as dos concelhos vizinhos, nomeadamente Águeda, Vale de Cambra, Oliveira de Frades e Albergaria-a-Velha. De seguida, pediu para utilizar o tempo do Partido Socialista para continuar a sua intervenção, tendo-lhe o mesmo sido concedido. Prosseguindo a sua intervenção, António Dias afirmou que, na sua opinião, a única estrada que está igual nos concelhos de Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Águeda e Albergaria-a-Velha é a A25, considerando que as restantes estradas do concelho de Sever do Vouga se encontram em piores condições. Referiu, em seguida, a situação da Estrada da Vide, afirmando que continua em péssimas condições, onde foi colocado aquilo que pareceu ser

brita pintada de preto. Questionou a quem pedir justificações se alguém lá cair de motorizada, de bicicleta ou de moto. Acrescentou que no local existe brita solta e que, possivelmente, aquela brita deve ter sobrado de algum parque de festas. Abordou igualmente a substituição dos rails de proteção na zona da Frágua, danificados pelos incêndios, salientando que esta intervenção continua por realizar. Recordou que, segundo informação anteriormente prestada pelo Presidente da Câmara, existia dinheiro recebido para aquela obra, contudo, esta situação continuava a constar dos relatórios e documentos apresentados sem que exista qualquer evolução visível. Salientou que, decorridos mais de dois anos sobre os incêndios de 2024, uma das maiores tragédias das últimas décadas no concelho, o problema permanece por resolver. Reiterou a sua preocupação pelo facto de, em 31 de maio de 2026, o grau de execução das despesas de capital ser de apenas cerca de 8%, apesar de se estar perante o maior orçamento de sempre do Município de Sever do Vouga. Solicitou ao Presidente da Câmara que explicasse o motivo da reduzida execução, considerando que o desenvolvimento do concelho depende da concretização de investimento e de projetos estruturantes e que, com um nível de execução desta dimensão, dificilmente será possível concretizar os investimentos anunciados. De seguida, questionou se os pedidos de esclarecimento relativos às situações apresentadas teriam ou não efetiva justificação e quando passariam a constar de forma clara da informação escrita apresentada pelo executivo, pois os munícipes esperam mais do que intervenção, esperam execução, investimento e resultados concretos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os intervenientes e passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção reiterando os cumprimentos anteriormente dirigidos aos presentes e afirmou discordar da ideia de que as intervenções de João Oliveira fossem “chatas”, referindo que tinha todo o gosto em ouvi-lo. Informou ainda que, na sequência da recente alteração de pelouros, ficou responsável pela área da limpeza e manutenção dos espaços verdes da responsabilidade do Município. Relativamente à Praia Fluvial da Quinta do Barco, esclareceu que, conforme já tinha sido transmitido anteriormente, o espaço não reunia condições, tendo dado indicação, há muito, para que fosse encerrada para manutenção. Referiu que a abertura excecional do espaço resultou da insistência e dos pedidos efetuados nesse sentido. Informou que já foi adjudicada a concessão e que se esperava que os nadadores-salvadores estivessem disponíveis aquando do início da época balnear. Quanto à realização do próximo evento do Rotary naquele local, afirmou considerar que, apesar dos trabalhos de limpeza entretanto iniciados, o espaço poderá ainda não reunir as condições adequadas, sugerindo que João Oliveira se deslocasse ao local para decidir por si. Explicou que, estando previstas intervenções de fundo na praia fluvial, com início a partir de setembro/outubro ou no início do próximo ano, se houver condições climatéricas para isso, pelo que o Município optou por não realizar investimentos significativos de manutenção. No que respeita aos parquímetros, afirmou tratar-se de uma questão que, na sua perspetiva, não se coloca, uma vez que o estacionamento pago existe em Sever do Vouga desde 2008. Referiu que o Município apenas procedeu ao cumprimento das regras existentes e informou que foi aberto um concurso público, ao qual apenas concorreu uma empresa, tendo sido esta a responsável pela instalação dos parquímetros. Recordou ainda que, em 2008, a Câmara Municipal investiu cerca de 90 mil euros neste equipamento. Relativamente aos lugares anteriormente destinados à Proteção Civil e à Câmara Municipal, esclareceu que não foi possível mantê-los fora da zona paga, uma vez que os lugares se encontram concessionados e essa alteração não foi aceite pelo concessionário. Informou, contudo, que está a ser solicitado ao concessionário que os presidentes de Junta de Freguesia possam dispor de um cartão associado a uma viatura, para facilitar a sua atividade. Acrescentou que existem atualmente mais lugares de estacionamento gratuito do que existiam anteriormente e que estão previstas novas zonas de estacionamento junto à igreja. Quanto às dificuldades relacionadas com a retirada dos talões, afirmou nunca se ter

apercebido da dificuldade, mas que estaria atento. Relativamente à ponte, esclareceu que a infraestrutura pertence à Infraestruturas de Portugal, entidade responsável pelas revisões regulares, tendo sido transmitido ao Município que a ponte se encontra em condições de segurança. Referiu, contudo, que existe uma situação na margem esquerda do rio, provocada pela circulação de transportes pesados, tendo o Município solicitado à IP autorização para instalação de rails de proteção, pedido que não foi autorizado por exigir rails específicos e o que se pretendia era a colocação e, depois, a possível retirada quando passassem os transportes da LASO. Informou que, até à concretização da ligação do IC35, a situação se manterá. Sobre a manutenção dos espaços verdes, afirmou concordar com a preocupação manifestada e garantiu que procurará melhorar a situação, em articulação com a Junta de Freguesia de Sever do Vouga, que demonstrou disponibilidade para colaborar. Respondendo a António Dias, referiu que, até maio, não existiram condições climatéricas para a execução das obras, justificando dessa forma a reduzida execução verificada. Informou, como novidade, que a extensão de saúde de Talhadas tinha iniciado a obra nesse dia, comprometendo-se a enviar posteriormente informação detalhada sobre os prazos. Relativamente à requalificação do Centro de Saúde, esclareceu que ainda não tinha sido assinado o auto de consignação pelo facto de ainda não ter sido emitido o visto do Tribunal de Contas, situação que considerou resultante da burocracia existente. Quanto às estradas municipais, afirmou que tem existido uma melhoria significativa das condições das vias do concelho, destacando que a freguesia de Talhadas tem sido alvo de intervenções e continuará a sofrer intervenções. No que respeita aos rails de proteção na zona da Frágua, confirmou a existência de uma rubrica destinada a intervenções na Estrada Nacional 333, incluindo a colocação de cerca de 500 metros de rails naquela zona, sendo essa uma obra que o Município se preparava para lançar. Relativamente aos caminhos florestais, esclareceu que nunca afirmou que a Câmara Municipal assumiria diretamente a sua limpeza, uma vez que essa responsabilidade pertence aos proprietários, aos baldios e às juntas de freguesia. Referiu, contudo, que o Município procura articular com as juntas de freguesia, reconhecendo que estas nem sempre dispõem dos meios necessários. Sobre a zona de Cortez, informou tratar-se de um espaço cuja competência está atribuída à Junta de Freguesia no âmbito do auto de transferência de competências e recursos. Referiu igualmente que a recolha de papelões é da responsabilidade da Junta de Freguesia e solicitou que fossem comunicadas situações de contentores não recolhidos, recordando que foi enviada às juntas uma listagem com a localização dos contentores para identificação de necessidades. Relativamente à recolha de resíduos urbanos, informou que, de momento, não existe outra opção e que a CIRA iria fazer um acordo quadro por frações porque as necessidades de cada município são diferentes. Reforçou que o concelho precisa, efetivamente, de um serviço de recolha de lixo que funcione. Informou que o contrato com a Luságua termina no próximo ano, em abril, e que já tinha sido realizada uma reunião com os municípios da Murtosa, de Águeda e de Estarreja, com quem foi apresentado o concurso intermunicipal, no sentido de se verificar a melhor solução, embora que aquilo que acontece muitas vezes não é só culpa da Luságua. Explicou que a Luságua faz a recolha do lixo indiferenciado e o deposita num local ao lado do ecocentro e que a Ersuc, entidade responsável por essa recolha, nem sempre a faz com a devida periodicidade. Relativamente à Estrada da Vide, afirmou que os munícipes sabem a quem devem atribuir responsabilidades pela situação existente. Informou, ainda, que, antes do início da época balnear, será colocada areia na Praia do Rio Alfusqueiro. Mais informou que está prevista a pavimentação da estrada de Cortez. Por fim, reconheceu a existência de atrasos em diversas obras no concelho, justificando-os, entre outros fatores, pela falta de mão de obra disponível no setor da construção. Garantiu que o Município tem pressionado os empreiteiros para a conclusão dos trabalhos e manifestou a expectativa de que, com a melhoria das condições climatéricas, se verifique uma evolução substancial na execução das obras.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a passar a palavra a António Dias.-----

António Dias apresentou um requerimento ao Presidente da Mesa: *“Vimos por este meio solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que solicite ao senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecimento sobre a responsabilidade da limpeza dos caminhos florestais, bem como a respetiva legislação referida na Assembleia Municipal de 09 de junho de 2026”*.-----

4.2 Mapa de Pessoal de 2026 – 5ª Alteração: Foi apresentada a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2026:-----

1. A criação de um lugar de Técnico Superior, na área de Engenharia Eletrotécnica, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções no Núcleo de Obras Públicas, Municipais, Manutenção de Infraestruturas e Mobilidade.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a Marta Batista.-----

Marta Batista renovou os cumprimentos e referiu que, relativamente à quinta alteração ao Mapa de Pessoal de 2026, pretendia colocar quatro questões. Em primeiro lugar, questionou a ausência da certidão que, na sua perspetiva, deveria acompanhar o processo, à semelhança do que aconteceu na reunião de abril, em que as alterações ao Mapa de Pessoal foram acompanhadas desse documento. Referiu que esta situação a preocupava por não ser a primeira vez que ocorria. Recordou que, na alteração anterior ao mapa de pessoal, o Presidente da Câmara tinha afirmado que a bancada do CDS votara contra a contratação de um técnico de SIG, esclarecendo que tal não correspondia à realidade. Explicou que o voto contra se deveu ao facto de a documentação apresentada pelos serviços estar incorreta, comprometendo a validade do processo e isso levou a que *à posteriori*, até a data do executivo tivesse de ser alterada. Por isso mesmo o CDS votou contra na altura, porque a documentação não estava correta com o ponto que se estava a votar. Assim, uma vez que não foi remetida certidão para a alteração em apreço, questionou se estariam reunidas todas as condições legais e procedimentais para a votação do ponto, apesar da ausência da certidão. De seguida, referiu que, ao comparar os anexos agora apresentados com os que acompanharam a terceira alteração ao Mapa de Pessoal, verificou que a apresentação dos anexos foi alterada, pois, antes, era apresentado um resumo dos lugares previstos no mapa de pessoal e agora surgia uma estrutura diferente que dificultava a comparação direta entre documentos. Questionou a razão da alteração ter ocorrido na apresentação da informação. Por último, referiu que, na terceira alteração ao mapa de pessoal, tinha sido criado um lugar de técnico de SIG, elevando o total para 252 postos de trabalho, e que, na quarta alteração, foram acrescentados dois postos de assistente operacional, perfazendo um total de 254 postos de trabalho. Observou, contudo, que, na quinta alteração, o total indicado era de 253 postos de trabalho, quando, no seu entendimento, deveria ser de 255. Solicitou esclarecimentos sobre o motivo do desaparecimento de um lugar, questionando qual o erro na documentação e qual a fundamentação para o mesmo.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** renovou os cumprimentos dirigidos anteriormente e esclareceu que o Município não dispõe de 252 postos de trabalho efetivamente ocupados, mas sim de um mapa de pessoal que prevê uma série de lugares. A título de exemplo, referiu que, no armazém municipal, existem cerca de 43 lugares previstos, embora atualmente apenas nove trabalhadores aí exerçam funções. Relativamente à presente alteração, informou que está a ser criado um lugar de engenheiro eletrotécnico, por se considerar necessário para assegurar a manutenção das infraestruturas municipais, designadamente dos sistemas de AVAC. Acrescentou, contudo, que tinha sérias dúvidas quanto à existência de candidatos ao procedimento concursal, atendendo ao facto de o ordenado não ser muito aliciente. Quanto ao lugar de técnico de SIG, esclareceu que, na

última reunião da Câmara Municipal, foi aprovada a abertura do respetivo procedimento concursal. Explicou que se tornou necessário criar um novo lugar em virtude de a técnica de SIG que se encontrava ao serviço do Município ter solicitado mobilidade para o Município de Ílhavo. Referiu ainda que, durante o período de 18 meses, ou até à consolidação da mobilidade, o lugar anteriormente ocupado por aquela trabalhadora continua a integrar o mapa de pessoal do Município, razão pela qual foi necessário criar um novo posto de trabalho para permitir a abertura do procedimento concursal. Relativamente à discrepância no número de postos de trabalho referida por Marta Batista, informou que iria verificar a situação, comprometendo-se a prestar posteriormente essa informação.-----

Analisada a proposta e respetiva documentação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 5ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2026.-----

Vinte e um votos a favor – Adérito Soares, Almiro Machado, Arolde Balaías, Carla Carmo, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, João Graça, José Bastos, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Maximino Martins, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Nove abstenções – Alexandre Rocha, António Dias, Filipe Marques, Frederico Barbosa, Inês Fernandes, João Oliveira, Marta Batista, Rafael Bastos e Sónia Correia.-----

4.3 9ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 9ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2026.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 9ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026.-----

Vinte e um votos a favor – Adérito Soares, Almiro Machado, Arolde Balaías, Carla Carmo, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, João Graça, José Bastos, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Maximino Martins, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Nove abstenções – Alexandre Rocha, António Dias, Filipe Marques, Frederico Barbosa, Inês Fernandes, João Oliveira, Marta Batista, Rafael Bastos e Sónia Correia.-----

4.4 Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias – Alteração: - Foi presente uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo concedido a palavra a António Dias.-----

António Dias renovou os cumprimentos a todos, referindo que intervinha não apenas na qualidade de membro da Assembleia Municipal, mas também como Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas. Manifestou a sua perplexidade relativamente à proposta de apoio às freguesias, salientando que, entre os atuais presidentes de Junta, era aquele que exercia funções há mais tempo de forma ininterrupta. Recordou que, em 2020, as freguesias beneficiavam de apoios ao investimento no montante de € 20 000,00 e que, em 2021, esse valor passou para € 60 000,00. Acrescentou que, em 2022, já no mandato do atual executivo, o apoio foi aumentado para € 75 000,00. Referiu, contudo, que, a partir de 2023, o executivo deixou de cumprir, com a justificação de que as freguesias não executavam os protocolos de investimentos ou não aplicavam devidamente os montantes atribuídos. Afirmou que, ao longo dos anos, foi solicitado ao Presidente da Câmara Municipal, várias vezes, que demonstrasse concretamente em que é que as freguesias tinham incumprido e que, no caso da Junta de Freguesias de Talhadas, continuava, desde 2023, sem saber qual foi o incumprimento que justifica essa penalização. Prosseguiu, afirmando que o que mais o surpreendia era a proposta agora apresentada, que previa apenas € 10 000,00 para

investimento por freguesia, questionando o Presidente da Câmara sobre que tipo de investimentos relevantes seria possível concretizar com esse montante. Relativamente ao apoio destinado às atividades, observou que o valor proposto aumentava de € 4 000,00 para € 5 000,00 euros anuais, questionando se esse valor seria para passear o Presidente da Câmara nas viagens das juntas ou se seria para o almoço sénior também das juntas de freguesia? Quanto ao apoio para aquisição de materiais, que passou de € 2 500,00 para € 5 000,00, perguntou onde é que as juntas tinham dinheiro para gastar em mão de obra para aplicar o material? Acrescentou, ainda, que os valores destinados às limpezas se mantinham inalterados desde 2021, questionando se tal constituía um incentivo ao recurso a herbicidas. Face ao aumento anual dos custos da mão de obra, dos materiais e das exigências colocadas às freguesias e com as legítimas expectativas das populações, questionou que investimento relativamente relevante se conseguiria fazer com o valor atribuído? Recordou que, quando o PSD se encontrava na oposição, votou favoravelmente os aumentos dos apoios às freguesias em 2020, 2021 e 2022, enquanto agora, no exercício do poder, propunha o valor de € 10 000,00 para investimentos. Questionou, por isso, onde se encontravam a coerência e a transparência. Recordou, ainda, que a Vereadora Paula Coutinho, enquanto membro da Assembleia Municipal, tinha igualmente votado favoravelmente aos referidos aumentos, questionando a alteração da sua posição enquanto membro do executivo. Referiu ainda que, de acordo com a informação prestada em reunião da Câmara Municipal, tinha ocorrido a devolução de cerca de € 12 500,00 relativos a um protocolo de investimento celebrado com uma freguesia, acrescentando que, tanto quanto era do seu conhecimento, essa freguesia não era liderada pelo CDS. Questionou, assim, quem efetivamente não tinha cumprido e por que motivo todas as freguesias estavam a ser penalizadas de igual forma, defendendo que eventuais falhas individuais não deveriam servir de argumento para reduzir os apoios a todas as freguesias do concelho. Acrescentou que, poucas semanas antes, a Assembleia Municipal aprovou um processo de endividamento municipal de cerca de três milhões de euros, destinado, segundo o executivo, a reforçar a capacidade de investimento do Município. Neste contexto, afirmou não compreender como poderia uma junta de freguesia responder às necessidades da população dispondo de apenas € 10 000,00 anuais para investimento. Sublinhou que as freguesias são a primeira porta a que os cidadãos batem, resolvem os pequenos problemas do dia a dia e dão a cara perante a população, mas, para isso, precisam de meios. Dirigiu-se, por fim, aos restantes presidentes de Junta presentes, apelando à reflexão e para que ponderem o quanto estarão a prejudicar as suas freguesias ao aceitarem promessas de migalhas de investimento que poderão nunca existir e que são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, se votarem favoravelmente. Acrescentou que a proposta em apreço, infelizmente, estava muito longe daquilo que as freguesias necessitam para cumprir a sua missão. A terminar, entregou ao Presidente da Mesa um requerimento apresentado pela bancada do CDS: *“A bancada do CDS vem por este meio solicitar a Vossa Excelência, que solicita ao Executivo que lhe seja remetida justificação escrita detalhada para a devolução de um valor da Junta de Freguesia de Rocas, que consta do extrato de contas correntes apresentado na reunião de 27 de maio de 2026”*.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Filipe Marques. **Filipe Marques** cumprimentou os presentes e referiu que a intervenção de António Dias tinha acabado por resumir aquilo que pretendia questionar, pelo que não iria repetir as mesmas questões. De seguida, questionou o motivo da redução global prevista, salientando que, apesar de poderem existir aumentos pontuais, designadamente no apoio a materiais de construção civil e outras áreas, o valor global representa uma redução efetiva. Referiu ainda que, mesmo considerando o ano de 2021, que, salvo erro, terá sido aquele em que o Município estabeleceu a maior cotação orçamental para as freguesias e para as então uniões de freguesias, e tendo em conta a inflação e a evolução dos custos, o valor atualmente deveria rondar os € 170 000,00. Nesse sentido, referiu que estavam presentes nove presidentes de junta de freguesia ou seus representantes e afirmou que não tinha

verificado qualquer intervenção desses presidentes ou representantes questionar um ponto que fosse, um euro que fosse, ao município. Assegurou que o facto de se envergar a mesma camisola não deve impedir que sejam sindicadas as contas das pessoas que integram a mesma bancada. Deixou, por isso, uma reflexão aos presidentes de Junta presentes, afirmando ser favorável à união, mas uma união em nome do interesse de todos e não em nome de um interesse simplesmente de um acordo partidário. Referiu, ainda, que o PSD é dos partidos mais importantes desde sempre na democracia portuguesa, e que, atualmente está a ser um partido com muita importância, mas defendeu que, por vezes, é necessário que os comportamentos à altura daquilo que é instituição e não à altura da falta de carácter de algum representante.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Elga Silva.-----

Elga Silva cumprimentou os presentes e referiu que o tema em apreço poderia ser entendido como uma questão de reflexão por parte da oposição ou dos elementos da Assembleia, considerando tratar-se de uma matéria fraturante relativamente às juntas de freguesia. Mencionou que exerceu funções durante um mandato numa junta de freguesia, em regime de união de freguesias, onde se deparou com a dificuldade em utilizar a verba atribuída devido aos procedimentos administrativos para as efetuar. Referiu que, a seu ver, e tendo confiança no executivo Municipal, considerava que o facto de as verbas não serem diretamente entregues às juntas de freguesia não impedirá a realização das obras, nem vai fazer com que as necessidades de obras deixem de acontecer. Disse tratar-se, do seu ponto de vista, de uma simplificação dos procedimentos para as juntas de freguesia, principalmente para aquelas que não dispõem de funcionários.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu novamente a palavra a António Dias.-----

António Dias renovou os cumprimentos de há pouco e, dirigindo-se aos presidentes de Junta, afirmou para não irem às reuniões onde ele estivesse presente dizer que não têm dinheiro para nada.-----

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** renovou os cumprimentos e referiu que dizer que não há dinheiro para nada é já quase a "password" para o início dos trabalhos. Explicou que o regulamento em apreço visa simplificar, em muito, o regulamento anterior, permitindo que juntas de freguesia que, como a de Talhadas, ao abrigo do anterior regulamento, não podiam receber qualquer apoio por não cumprir o auto de transferência de competências e recursos, passem agora a beneficiar da atribuição de verbas. A título de exemplo, referiu que o PR de Talhadas já não existe porque nunca foi mantido, embora essa obrigação fosse da Junta de Freguesia. Salientou, contudo, que os valores apresentados representam os valores mínimos. Relativamente à pergunta que lhe tinha sido colocada, se a Câmara Municipal iria apoiar as obras do auditório, procedeu à leitura do artigo 11.º do Regulamento de Apoio às Freguesias: *“Os apoios financeiros ficam condicionados às verbas inscritas para o efeito, no Orçamento do município, para o ano civil a que respeita a candidatura, competindo à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, o reforço ou anulação das verbas destinadas aos Programas previstos nos documentos previsionais.. Os valores dos apoios serão estabelecidos e modificados pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. Com o objetivo de fomentar o recurso aos fundos externos é conferida autorização à Câmara Municipal para deliberar e apoiar a componente nacional ou não participável até ao limite máximo de 50% dos encargos com a realização da atividade ou do investimento objeto de financiamento externo não reembolsável. Através de proposta submetida pelo órgão executivo, para ser apreciada e aprovada pela Assembleia Municipal, em casos pontuais, excecionais e devidamente justificados, poderão ser atribuídos apoios de valores superiores aos dos limites fixados”*. Acrescentou que, só em Talhadas, durante o corrente ano e até ao final do mesmo, a Câmara Municipal irá investir € 990 494,00. De seguida,

disse julgar que, já na próxima sessão, seriam presentes uma série de protocolos com as juntas de freguesia para apoios que já estariam assegurados pelo município, mas que, para isso acontecer, o regulamento teria de ser aprovado antes. Concluiu que considera o regulamento em apreço muito mais simples do que o anterior e que a Câmara Municipal quer colaborar com as juntas de freguesia. Manifestou, ainda, satisfação por, no atual mandato, existir um clima de união e de amizade entre quase todos os presidentes de Junta. Por fim, afirmou que a Câmara Municipal está naturalmente disponível para colaborar, mas que importa ser realista, não sendo possível distribuir dinheiro para tudo. Acrescentou que o trabalho deve ser feito em conjunto, salientando que a Câmara Municipal dispõe de recursos de que as juntas de freguesia não dispõem e que não existe nenhum Presidente de Junta que não queira o melhor para a sua freguesia.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.-----

Vinte e um votos a favor – Adérito Soares, Almiro Machado, Arolde Balaías, Carla Carmo, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, João Graça, José Bastos, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pereira, Maria do Carmo Oliveira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Maximino Martins, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Oito abstenções – Alexandre Rocha, António Dias, Frederico Barbosa, Inês Fernandes, João Oliveira, Marta Batista, Rafael Bastos e Sónia Correia.-----

Um voto contra – Filipe Marques.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----